

# “Salve os santos negros: Nossa Senhora do Rosário, salve São Benedito”<sup>1</sup> – Festas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC – 1860 a 1890<sup>2</sup>

*Karla Leandro Rascke*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

São Paulo – SP – Brasil

karlaleandro@gmail.com

---

**Resumo:** No presente trabalho, pretendemos apresentar a cidade de Desterro (Santa Catarina) do século XIX, suas ruas, comércios, relações de trabalho, condições de moradia e perceber a vida cotidiana de africanos (as) e afrodescendentes, focando na Irmandade dos pretos do Rosário, a fim de entender sua estrutura de funcionamento, as atribuições da Mesa Administrativa, o comprometimento de Irmãos e Irmãs, as decisões tanto “na esfera do temporal quanto do espiritual”. Na tentativa de encontrar resquícios do passado que permita conhecer aspectos culturais destes sujeitos históricos, o foco deste estudo serão as festas e procissões. Permeadas de muito preparo, adornos, rituais e procissões ao santo ou à santa de devoção, as festividades eram celebradas anualmente pelos membros associados, que realizavam ao menos uma missa rezada, quando seus cofres não permitiam a pompa almejada.

**Palavras-chave:** História, Irmandade, Festas, Procissões.

---

1. CD - A QUATRO VOZES. *Santos Negros*. Estúdio PAULUS por Cia. do Gato.

2. Este artigo é um desdobramento de meu trabalho de conclusão de curso pela Universidade do Estado de Santa Catarina em 2009, publicado em 2010 pela Editora Casa Aberta, numa parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC). Toda a pesquisa foi possível pela equipe que tivemos, a destacar Maristela dos Santos Simão, Michelle Maria Stakonski, Priscila Catarina Hoffmann, Jéssica Camargo e Carolina Kika Uemura sob a coordenação do prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso no projeto “Irmandades e Confrarias Católicas de Africanos e Afrodescendentes em Desterro no século XIX”. Além disso, o falecido senhor Oscar Souza, antigo provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos impediu que os documentos tivessem sido descartados e permitiu que fosse consultado e transcrito pelo grupo de pesquisa. Tenho muito a agradecer a todos e todas. Além disso, as contribuições da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Mortari Malavota, estudiosa da Irmandade desde 1995, foram importantes para o resultado deste trabalho.

Nossa Senhora do Desterro foi fundada oficialmente por volta de 1651, situada na Ilha de Santa Catarina, constituiu-se importante núcleo central de apoio ao processo de ocupação pela Coroa Portuguesa da região do Brasil Meridional. Localizada no caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, seu porto era destaque e possibilitou a sua característica de base militar, inicialmente influenciando na escolha para sede da Capitania de Santa Catarina durante o século XVIII,<sup>3</sup> por meio do qual a elite mercantil, nos séculos XVIII e XIX, controlou a economia do centro-sul da região. Também os cargos administrativos e militares, responsáveis em um primeiro momento pelo abastecimento da Corte do Rio de Janeiro e, posteriormente, através do comércio de cabotagem, ampliando os contatos entre Desterro e o Rio Grande do Sul, Montevideu e Buenos Aires. A cidade tornou-se capital da Província de Santa Catarina em 1823.

Durante o século XIX percebemos mudanças na estrutura da cidade. Se até o ano 1837, sua iluminação dependia da lua cheia ou de alguns moradores que recebiam um trocado da Câmara, nas noites de festa, para acenderem os lampiões de suas casas, percebemos em meados do século a preocupação de iluminar as vias públicas. Este serviço, como muitos outros fundamentais para o andamento da cidade, foram realizados por populares de origem africana. A iluminação pública foi inaugurada com cinquenta candeeiros, funcionando a óleo de baleia, administrados por uma concessionária, cujos empregados, cativos, deveriam acender os pavios nas noites escuras (sendo desnecessário quando eram refletidas pela lua) e reacender quando o vento ou alguém as apagasse. Nos anos seguintes, o serviço sofreu modificações, outros contratos foram assinados e rescindidos e a cidade, eventualmente, ficava às escuras, com falta de verba pública. A iluminação funcionou com muita precariedade até o início do século vinte (CARDOSO, 2004, 2008; SEBRÃO, 2010, p. 31).

A cidade que se apresentava no século XIX era permeada por um mundo de canoas, carros de boi e o comércio de produtos. A atividade

---

3. Sobre Desterro no século XVIII e primeira metade do século XIX, especialmente discutindo laços de parentesco e relações de compadrio envolvendo africanos e também a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, num olhar "afro" sobre a cidade: MALAVOTA, Cláudia Mortari. *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2007.*

comercial era muito forte nos bairros populares que ficavam onde hoje temos o “centro” com o Mercado Público, suas ruas e arredores. Segundo Haroldo Silis Mendes da Silva (2001),

o comércio da cidade estava dividido em três ramos: atacadistas e/ou comissários, recebiam produtos oriundos principalmente do Rio de Janeiro e distribuíam pelo comércio local além de exportarem também, varejistas ou retalhistas, maioria dos comerciantes da cidade e, por último, mascates ou atravessadores, considerados como grandes ‘males’ para o comércio local em virtude da forte concorrência que exerciam (SILVA, 2001, p. 23).

O Mercado Público foi construído em 1855, como forma de substituir as barraquinhas das quitandeiras e passou a ser local de grande concentração de trabalhadores/as.

A Ilha de Santa Catarina deixara de ser uma economia apenas de subsistência para se tornar uma economia de mercado no século XIX, com suas principais atividades ligadas ao porto de Desterro (CARDOSO, 2000, p. 52). Em muitos momentos, os produtos foram exportados para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, movimento que se dava pelo porto. É no século XIX que podemos perceber a paisagem da cidade modificada pelo aparecimento de alguns sobrados, normalmente de posse de comerciantes bem abastados (CARDOSO, 2000, p. 93 e 98), situação que se apresenta por uma ascensão econômica, ligada, em muitos momentos à atividade portuária.

Nesse quadro, ainda temos uma forma de pensar a cidade em torno do comércio de importação e exportação, espaço das antigas elites portuguesas, algo que se modifica em fins do século XIX, quando a atividade portuária se “desmonta” e os comerciantes portugueses de “boa vida, a partir da exploração de africanos e afrodescendentes e um sem-número de gente sem eira e nem beira” (CARDOSO, 2008, p. 32-33), se veem desencontrados com os novos ventos do comércio não mais controlado por eles.

Toda a movimentação em torno do porto exigia um fluxo de trabalhadores/as que faziam com que as atividades se realizassem. Pensar na Desterro do século XIX nos propõe entender quem fazia parte do contingente populacional e, para isso colocamos para análise o mapa anterior que nos permite vislumbrar os bairros de Desterro nos oitocentos e, nos debruçamos um pouco sobre o Relatório apresentado

à Assembleia Provincial de Santa Catarina pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda no ano de 1867 e o Censo de 1872, do qual Fernando Henrique Cardoso (2000) se utiliza para observar a sociedade desterrense daquele período. De acordo com estes dados utilizados por Cardoso, em 1866 a freguesia de Desterro tinha 4.361 brancos, 1.275 pretos<sup>4</sup> e 838 pardos; em 1872, havia 5.884 brancos, 1.910 pretos e 1.296 pardos (CARDOSO, 2000, p. 136). Tais números nos permitem considerar que a população afrodescendente nos dois períodos chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%.

Na periferia da cidade estavam localizados os bairros onde moravam as pessoas mais pobres. Bairros como a Figueira, a Tronqueira, a Pedreira, o Beco do Sujo, o Toca, o Campo do Manejo, e o Cidade Nova faziam parte do mundo habitado por pessoas de origem africana. Segundo Silva, o bairro da Figueira, possivelmente o maior, era considerado um antro de prostituição muito frequentado por marinheiros, habitado por pessoas extremamente humildes (SILVA, 2001, p. 16). Também o bairro da Figueira: a oeste do centro histórico de Florianópolis, possuía trapiches, estaleiros, armazéns, inúmeras casas de negócios, hotéis, padarias, boticas, o que, segundo Cardoso “transformou a região em uma ativa zona produtiva e, ao mesmo tempo, atraiu centenas de miseráveis de todos os matizes em busca de trabalho e moradia. Era uma área ativa e perigosa, onde nem mesmo as forças de segurança pareciam estar a salvo” (CARDOSO, 2005, p. 49).

Africanos(as) e seus descendentes eram mão-de-obra, na maioria das vezes, para trabalhos chamados “serviços de preto” ou “serviços de negro” – comerciantes marítimos, atividades agrícolas, pescadores(as), jardineiros(as), chapeleiros, domésticos(as), produtores de calçados, tecidos e vestuários – ou seja, realizando trabalhos braçais. Ainda, como

4. Segundo trabalho de MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 30; interpretação incorporada também por CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005, ao pensar as populações de origem africana em Desterro no século XIX: a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso: mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana do escravo; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo”. Consultar: CARDOSO, 2005, p. 203.

nos informa Haroldo Silis Mendes da Silva, outras profissões faziam parte deste cenário: pombeiros, carroceiros, quitandeiras, lavadeiras, cozinheiros/as, varredores de rua, copeiros/as, lavradores, dentre outras agências, “mesmo porque a escravidão urbana deixou aberta a possibilidade dos escravos acumular um pecúlio de maneira que os mesmos encontravam-se integralmente circulando pela cidade” (SILVA, 2001, p. 27).

No caso das áreas rurais da ilha, em comunidades afastadas do centro da cidade, o trabalho se baseava na atividade agrícola, no pescado para o próprio sustento e nas atividades em torno dos engenhos, conforme vimos no início deste capítulo. Nestas circunstâncias, como interpreta Joice Farias, tornava-se “necessária” a presença de um escravo para a lida diária de homem do campo. Segundo ela, “ter um escravo diminuiria o trabalho, ganhando um auxiliar”. Este “auxiliar”, conforme afirmação da autora deveria ficar com “os piores trabalhos, os mais pesados, construindo aí uma fronteira entre camponeses pobres e os escravos” (FARIAS, 2003, p. 41). Em sua dissertação, Farias faz uma análise sobre a população da região da Lagoa da Conceição e percebe que era muito comum entre os/as camponeses/as pobres, a presença de cativos/as nas famílias. Ela discorre sobre esta “necessidade” em virtude do montante de trabalho braçal de todos os dias, e constata que mesmo trabalhando lado a lado diariamente, havia diferenciação por causa da condição jurídica dos sujeitos.

Em geral os homens cativos eram lavradores ou roceiros (trabalhadores da agricultura), ou então, carpinteiros, pedreiros, sapateiros – o mais comum no interior –, e as mulheres, sob a condição do cativo, apareciam como cozinheiras. De acordo com Farias, estas “características profissionais vinham registradas na ficha de matrícula anexada aos inventários” (FARIAS, 2003, p. 57).

\*\*\*

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos<sup>5</sup> tinha como objetivo prestar devoção a Maria Santíssima

5. De acordo com as informações apresentadas por Simão, com base na documentação disponível na Irmandade, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário formou-se na época da transformação da pequena póvoa em Vila de Desterro, em 1726, haja vista que o seu “compromisso”, espécie de estatuto submetido à aprovação do rei (depois, do Imperador) e das autoridades eclesiásticas, foi confirmado em 06 de junho de 1750”. Ver SIMÃO, Maristela Santos. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte* – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Casa Aberta: Itajaí, 2008, p. 41.

do Rosário, sepultar os irmãos de forma a dar-lhes uma “boa morte”, cuidar da educação dos filhos legítimos dos Irmãos que morreram em indigência e libertar os Irmãos cativos da escravidão (SIMÃO, 2006, p. 34). Oswaldo Rodrigues Cabral (1950) conta que na véspera da comemoração do dia de Nossa Senhora, celebrado normalmente no dia 26 de dezembro (a partir de 1827,<sup>6</sup> a eleição passou a acontecer alternadamente na primeira semana de outubro e às vezes em dezembro, no dia de Natal), “concluída a eleição da nova mesa, o cofre seria aberto e, havendo fundos suficientes para se proceder a libertação de um ou mais cativos, determinar-se-ia quantos seriam libertados” (CABRAL, 1950, p.14).

A Irmandade especificava em seu Compromisso<sup>7</sup> o objetivo de libertar os Irmãos cativos e para isso tinha fundos diferenciados, um cofre só para fundos destinados aos cativos, para fins de libertação. No entanto, para além do que consta no Compromisso, não encontramos documentação que demonstre que essa prática fosse comum ou que sequer acontecia. Segundo o Compromisso firmado em 1842, estava entre os objetivos “libertar da escravidão aos Irmãos Cativos”. O mesmo estatuto dizia, em seu parágrafo 25, que a Igreja possuiria um cofre – “Caixa Para Libertar os Irmãos Cativos, na qual possam os fiéis deitar as suas esmolas a benefício destes infelizes” – e, tal fato se consumou, pelo que se depreende das Atas e livros Caixa que registram a sua presença com tal finalidade. Assim, consta no dito Compromisso:

No dia de N. S. do Rosário, a Mesa examinará o dinheiro no cofre dos cativos e se haver o suficiente para alforriar um irmão cativo, o irmão escrivão fará entrar em cima uma o nome de todos e seus senhores. Fará tirar por um menino com o braço nu a sorte e fica a cargo do Irmão Procurador promover a alforria.<sup>8</sup>

6. Percebeu-se estas informações no Livro Ata 1 – 1816-1861, na qual a alternância em relação às eleições é visível depois de 1827, sendo que, de acordo com o mesmo livro, apenas a partir de 1842, já com o novo Compromisso, a instituição elegeu a mesa um dia antes da festa de Nossa Senhora que era comemorada na primeira semana de outubro.

7. O Compromisso é uma espécie de Estatuto que tem por objetivo reger a Irmandade. Neste trabalho, foram utilizados os Compromissos dos anos de 1807 e 1842, sendo este o atual para o período que se estudou.

8. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Pasta documentos. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário 1842, parágrafo 16. Transcrição feita pela pesquisadora e professora da UDESC Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Mortari Malavotta.

As Irmandades de pretos, forros, pardos, crioulos,<sup>9</sup> de modo geral, tinham como característica promover o

fortalecimento do sentido religioso e a possibilidade do desenvolvimento do culto dos mortos, a garantia dos ritos funerários, o incremento do desejo de ser alforriado pela compra cooperativa da carta de liberdade, a partir dos fundos arrecadados (ALBUQUERQUE; LIMA; ALVES, 1990, p. 24).

Tendemos a concordar com esta interpretação das autoras, pois como se verá mais à frente, esta era uma prática comum nas irmandades que envolviam cativos. Por outro lado, discorda-se delas em alguns momentos, como quando se referem à Irmandade do Rosário, afirmando que seus cargos foram, na maioria das vezes, preenchidos por “brancos” ilustres, pessoas da alta sociedade catarinense, e que aos “negros” cabiam apenas as “funções menos honrosas” (ALBUQUERQUE; LIMA; ALVES, 1990, p. 24). As fontes do acervo da Irmandade mostram outra versão, diferente da apresentada pelas autoras, principalmente os indicativos do Compromisso de 1807 que determinavam que o cargo de Juiz de Nossa Senhora deveria ser ocupado preferencialmente por um preto.

Como a dita Irmandade é mais de Homens Pretos, digo como a dita Irmandade é mais divisada de Homens Pretos, e desde a sua fundação sempre o Irmão Juiz dela foi pessoa daquela qualidade, justo é que assim fique praticando para o futuro, fazendo-se Eleição no Irmão que se conhecer de mais consideração e capacidade.<sup>10</sup>

9. Segundo trabalho de Mattos e interpretação de Cardoso, ao pensarem as populações de origem africana em Desterro no século XIX, a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso, mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana do escravo; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo” (CARDOSO, 2005b, p. 203). MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 30; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005 a.

10. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Pasta documentos. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário 1807. Artigo terceiro. Transcrição feita pela pesquisadora e professora da UDESC Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Mortari Malavotta.

Em 1807, o único cargo que exigia uma pessoa branca era o de tesoureiro, que “faça todas as despesas da mesma Irmandade, mas de baixo da Administração e Ordem da Mesa”.<sup>11</sup> Diferente desse, o Compromisso de 1842 não exigia essas especificações, solicitando apenas que os oficiais tivessem possibilidade, caráter e zelo. No entanto, acredita-se que os cargos da Mesa Administrativa, que geria toda a instituição e deliberava sobre suas decisões, era formada, em sua maioria, por pretos e, apenas os cargos que exigiam pessoas letradas seriam preenchidos por pessoas de qualquer condição. Além das disposições do Compromisso que regia a Irmandade, através do Livro Ata 2, que possuía as Eleições da Mesa registradas, a tabela de Registro de Irmãos é um documento que comparativamente pode ser esmiuçado. Temos como exemplo uma ata do dia cinco de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, em que a Juíza de São Benedito era cativa e o mesário eleito, Januário Nascimento Braga,<sup>12</sup> também. Ambos foram eleitos para assumir os cargos no ano de 1883. Este se consolida apenas como um demonstrativo dos inúmeros papéis e cargos assumidos por africanos e afrodescendentes Irmãos do Rosário em Desterro.

Remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, as irmandades surgiram entre os séculos XII e XV, tinham o objetivo inicial de “congregar fiéis em torno da devoção de um santo escolhido como padroeiro, obedecendo às regras contidas no compromisso que determinava objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações” (OLIVEIRA, 2007, p. 02). Consideradas instituições oficiais, fundadas pelos portugueses como forma de integrar à sociedade civilizações exploradas por eles, estavam intimamente ligadas à profissão da fé católica.

Essas confrarias tinham duas finalidades principais: a religiosa, que “consistia em celebrar as festas, cumprir as devoções, realizar o enterro cristão dos associados”, principalmente; a finalidade social, que “consistia em resolver certos problemas no campo econômico, e a assistencial em caso de doenças graves e de pobreza extrema” (ALVES, 2006, p. 31).

As irmandades podem ser caracterizadas como fortemente marcadas pela presença de leigos cujos objetivos, conforme mencionamos

---

11. Idem.

12. AINSR, Livro Ata 3, p. 19. Sobre a condição jurídica de cada irmão ou irmã, Tabela de Registro de Irmãos.

com relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, era acompanhar o enterro dos Irmãos e Irmãs (nos casos das instituições que permitiam o acesso de mulheres – o que era muito frequente nas irmandades de pretos e pardos), rezar pelas almas dos (as) falecidos (as) e realizar festas anuais aos padroeiros e às padroeiras.

Em muitos casos, as irmandades e confrarias dos homens pretos e pardos tinham como características peculiares ser organizadas em função dos afazeres sociais ou ofícios, como é o caso das irmandades de músicos, artesãos, dentre outras, que se construíram enquanto “organizações autônomas subordinadas ao clero católico, mas autônomas” (ALVES, 2006, p. 74).

Segundo Mattos (2007), as irmandades religiosas eram uma forma de organização de africanos (as) e afrodescendentes no Brasil, surgida na Europa medieval, recriadas como uma igreja própria desses. Formadas a partir de regras definidas pela Igreja Católica, devotavam culto a um santo comum. Um lugar próprio a partir do qual estabeleciam diferentes solidariedades (MORTARI, 2000, p. 18). Representava um momento de encontro “com os seus”, de estar junto. Nos dizeres de João José Reis (1996), quando analisa as irmandades no Recôncavo Baiano:

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua (REIS, 1996, p. 7-33).

Tem-se conhecimento dessas instituições e de suas funções e atuação nas suas vidas através dos materiais manuscritos que deixaram em seus livros Ata, Compromissos, Caixa, e tantos outros documentos.

Oswaldo Rodrigues Cabral inicia os estudos sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro interpretando que os Irmãos dessa instituição estavam submissos ao poder das autoridades eclesásticas. Em *Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito* (CABRAL, 1950), faz uma descrição dos acontecimentos que teriam sido marcantes na história da instituição. É o caso de um curso de alfabetização para os filhos dos Irmãos da associação que acontece em 1879, por proposta do Dr. Francisco Manoel Raposo de Almeida que foi também Provedor da Irmandade. “Este curso

ficou aos cuidados do seu proponente, que vencia, pelo trabalho, 100 mil réis por ano e comportava 20 alunos” (CABRAL, 1950).

Novos estudos, como os de Cláudia Mortari (2000), Maristela dos Santos Simão (2008) e Michelle Maria Stakonski (2008), levantam outras questões sobre as experiências dos Irmãos e as tensões que permeavam este espaço de sociabilidade de africanos e afrodescendentes. Segundo Mortari, a Irmandade tinha devoção a um santo comum, como ponto de união entre os Irmãos. Mas, ao mesmo tempo, em seu interior também ocorriam embates. “Estes embates só podem ser compreendidos a partir da constatação de que estamos falando [...] de sujeitos plurais, o que requer considerar a existência de aspectos que ligam ou separam os indivíduos” (MORTARI, 2000, p. 18).

Temos, não sujeitos históricos abstratos. Mas pessoas com nome, por vezes endereço e profissão conhecida. Logo, a partir da Irmandade é possível flagrar momentos na cidade e das práticas sociais das populações de origem africana na Desterro oitocentista, provinciana e escravista (MORTARI, 2000, p. 21).

## COMPROMISSO – REGIMENTO DAS IRMANDADES

Cada Irmandade era regida por um estatuto ou compromisso que, segundo Alves, enumerava “os direitos e deveres de seus membros, diferenciando-se de acordo com características locais e exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação” (ALVES, 2006, p. 15). Os Compromissos são divididos em capítulos que tratam dos objetivos da Irmandade, da condição jurídico-civil daqueles que poderão ser aceitos por Irmãos, e também seus direitos e deveres, sua forma de organização, além de questões religiosas e sociais. Nas confrarias do período medieval, recomendava-se como deveria ser o funcionamento, “as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações” (QUINTÃO, 2002, p. 74).

Além das atividades religiosas que se traduziam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, as Irmandades também exerciam atribuições de cunho social. São exemplos destas preocupações a ajuda aos necessitados, a “assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos dos senhores e ajuda para a compra de carta de alforria” (QUINTÃO, 2002, p. 75).

Nos compromissos, vislumbramos os cargos a serem preenchidos para o funcionamento da Irmandade, que deveriam ser ocupados por integrantes da instituição. Também neste estatuto foi possível localizar as possibilidades de arrecadação de recursos como esmolas, doações de qualquer pessoa, cobrança de aluguéis de imóveis, de taxas em virtude dos enterros para os não associados etc. Todas essas informações referentes ao dinheiro e aos bens das Irmandades eram descritas e detalhadas nos “compromissos, inclusive, as formas de prestação de contas, que, em geral, era feita na troca das gestões” (ALVES, 2006, p. 51). No que tange aos cargos, havia grande responsabilidade dos Irmãos e Irmãs que os assumiam, “cujos oficiais voluntariamente aceitarão seus cargos e se obrigarão de servi-los e desempenhá-los com todo o zelo e devoção tanto no espiritual como no temporal, defendendo todos os direitos da irmandade”.<sup>13</sup>

Além dos cargos exercidos por homens, que dirigiam e coordenavam as atuações e demais atividades das irmandades, as mulheres também estavam presentes nas ordens de compromisso. Estas “atuavam como rainhas, juízas, escritãs, irmãs de mesa ou mordoma, esta, responsável pela organização das festas” (QUINTÃO, 2002, p. 89). Não tinham direito ao voto, mas, “no caso das rainhas, tinham grande destaque e representatividade dentro das confrarias” (ALVES, 2006, p. 69). Muitas atuavam cuidando da Igreja, dos aparatos religiosos dos cerimoniais, das crianças, enfim, das atividades quotidianas da instituição. E, assim como os componentes masculinos, pagavam uma joia de entrada e anuidades de acordo com o cargo ocupado eletivamente. Segundo Alves, no Brasil, as irmandades de pretos filiavam mulheres “independentemente de seus parceiros”, nas quais participavam atuantes financeiramente, mas, a participação nas decisões da casa lhes era negada (ALVES, 2006, p. 148), pelo menos no que tange às decisões na Mesa Administrativa.

## A ADMINISTRAÇÃO DA IRMANDADE E A SOBREVIVÊNCIA

A administração de cada Irmandade ficava a cargo de uma mesa – a Mesa Administrativa –, presidida por juízes, presidentes, provedores, e composta por escritães, tesoureiros, procuradores, consultores,

---

13. AINSR, Livro Ata 2 – 1862-1875, p. 07.

mordomos(as), zeladores(as), mesários, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da instituição, visitas de assistência aos Irmãos necessitados, organização de funerais, festas e outras atividades.

No caso dos cargos, percebemos que as mulheres atuavam como mordomas e zeladoras, devendo ter cuidado com os órfãos e zelo pela Irmandade, segundo constava no Compromisso de 1842. Mesmo quando ocupavam cargos na Mesa, as mulheres não participavam das reuniões. Pelo que foi possível perceber, apenas os Irmãos (homens) participavam, votavam e tomavam as decisões registradas em Ata (SIMÃO, 2008, p. 45).

A cada reforma, festa ou acontecimento importante era convocada a Mesa, sendo papel do Irmão andador, avisar a todos da reunião. Discussão sobre a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário, despesas possíveis, transtornos com os Irmãos do Parto em virtude da retirada, sem autorização, da imagem da Capela do Rosário, reformas constantes no adro, na torre, no assoalho, nos arredores da igreja: tudo isso era incessantemente acordado antes de ser realizado. Durante quase todo o século XIX, através dos inúmeros documentos analisados, percebemos as inquietações dos Irmãos para com as obras e boa aparência de sua capela. Assim, os Irmãos da Mesa Administrativa convocavam reuniões para decidir sobre o que e quando deveria ser feito.

Estes Irmãos pagavam uma "joia" de entrada para se tornarem membros e a cada ano deviam pagar suas anuidades. No caso dos Irmãos que assumiam cargos na Mesa, deveriam arcar com os pagamentos referentes a cada cargo. De acordo com análise feita por Simão (2008), no livro de receitas referentes ao ano de 1870, evidenciou-se que as joias de entrada foram em seu total anual de 108\$000 (cento e oito mil contos de réis), as anuidades dos Irmãos 116\$520 (cento e dezesseis mil quinhentos e vinte contos de réis) e as joias de cargo 150\$060 (cento de cinquenta mil e sessenta contos de réis). Segundo Reis, os associados contribuíam com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos (REIS, 1996).

Destacamos, também, a importância de cargos como o de esmoleiro responsável por garantir a arrecadação dos recursos para a celebração das festividades. Assim também acontecia na Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que conseguia fundos de diferentes formas para cumprir com suas atividades do espiritual e temporal. A fim de an-

gariar fundos para as festas, esportulas dos padres, concertos e demais despesas diárias, havia no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário um cargo específico de esmoleiro: o cargo do Irmão andador.

A irmandade possuía, igualmente, outras fontes de renda como as casas para alugar, legados que recebiam de testamentos, esmolas, esmolas de bolsa, aluguel de caixões funerários e acompanhamentos para o rito funeral, como tochas e velas (SIMÃO, 2008, p. 68).

A importância do cargo de esmoleiro deriva do fato de que a maior parte da arrecadação vinha das esmolas. Não se identificou o período (ano) em que houve a proibição de esmolar, mas se sabe que até o ano de 1869, quando a Irmandade conseguiu liberação do Bispado e da polícia, a prática estava cessada. Depois do ofício encaminhado pelos Irmãos e a resposta positiva do Bispo Diocesano, a Irmandade retoma as atividades de esmolar. Em determinado período, as esmolas de bolsa ficaram proibidas e a condição financeira da Irmandade se complicou, pois a maior parte da arrecadação vinha dessa maneira.

No ano de 1869, a Irmandade conseguiu uma licença do Bispado e do Chefe de Polícia para poder voltar a esmolar e arrecadar recursos. Em Ata do dia seis de junho do mesmo ano, a Irmandade se reuniu e comunicou a todos os Irmãos que novamente a instituição poderia esmolar. Ficaram então, doze Irmãos para esmolar por Nossa Senhora do Rosário e os outros para esmolar por São Benedito.

[...] a petição feita ao excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano para a Irmandade poder esmolar; com o seguinte despacho, = Concedemos a licença pedida que deverá ser de modo respeitoso comunicando ao Excelentíssimo Senhor Doutor Chefe de polícia Conceição vinte e sete de Abril de mil oito centos e sessenta e nove =+ Pedro Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. Tendo o Irmão Escrivão feito registrar este despacho, na Secretaria do Arciprestado desta Província selado e tirado licença necessária na Polícia para assim a Irmandade poder esmolar [...].<sup>14</sup>

A arrecadação de fundos através das esmolas, em sua maioria, era feita com a bolsa da Irmandade quando os Irmãos encarregados de esmolar iam às residências para retirar ofertas.

14. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Livro Ata 2 – 1862 – 1875, p. 37v.

Além de todas as formas de angariar recursos para a manutenção de suas atividades constantes, a Irmandade envolvia-se com outras questões. Exemplo disso quando a Irmandade do Rosário acolheu a Irmandade de Nossa Senhora do Parto dos Irmãos Crioulos, cuja imagem foi colocada em um dos altares laterais.

A decisão de instalar essa Irmandade ocorreu no dia 14 de abril de 1833, quando a “Mesa do Rosário se reuniu no Consistório da Capela contando com a presença do Vigário da Igreja Matriz do Desterro, junto com o Irmão Juiz, Pedro, escravo, e mais irmãos de mesa” (MORTARI, 2000, p. 105). Segundo Cláudia Mortari (2000), a Irmandade do Rosário seria responsável pela administração dos bens da Irmandade do Parto, e a imagem desta só seria transferida quando a Capela própria de Nossa Senhora do Parto estivesse pronta. Muitas discussões advieram da instalação da Irmandade de Nossa Senhora do Parto na Irmandade do Rosário, como observou a autora. Diante dos impasses entre os Irmãos das duas instituições, a Irmandade do Parto se retirou para a Igreja Matriz enquanto sua capela estava em construção.

Com relação aos imprevistos e problemas que possivelmente ocorriam dentro destas confrarias, alguns pontos precisam ser destacados no que dizem respeito ao comportamento dos associados e sua exoneração de cargos ou o recebimento de benefícios da Irmandade a que pertenciam. De acordo com o compromisso da instituição os (as) irmãos (ãs) que não cumprissem com seus deveres de associados e de cargos poderiam sofrer consequências. O não acompanhamento dos Irmãos falecidos, o não pagamento anual, o não comparecimento sem motivo ou justificativa após ser chamado, a não aceitação de cargo, o não zelo com os serviços da igreja, a injúria com os Irmãos, por exemplo, eram algumas das causas de expulsão.

## FESTAS AOS PADROEIROS

São Benedito foi incorporado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em 1835, quando se encontrou na documentação<sup>15</sup> um registro de gastos com uma festa em

---

15. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Livro Caixa 4 – 1829- 1847, p.45.

janeiro, logo no início do mês que ficou como data marcada para a festa deste santo.

Nos dizeres de Naiara Alves (2006), o culto a São Benedito foi difundido no Brasil em meados do século XVII, “quando lhe foi atribuída a cura do filho de uma escrava no Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro” (ALVES, 2006, p.19). Pesquisamos informações sobre este santo no site da Paróquia São Benedito de Jaçanã em São Paulo, onde localizamos esta história de devoção. Segundo consta, São Benedito nasceu na Sicília (Itália) e seus pais foram descendentes de escravos vindos da África. Em 1562, entrou na Ordem dos Frades Menores do convento de Santa Maria de Jesus em Palermo (Sicília), onde trabalhou inicialmente como cozinheiro e depois foi procurado por diversos colegas e superiores do convento para ajudá-los em questões espirituais. Seu culto espalhou-se pelo mundo e na América do Sul tornou-se protetor das “populações negras”.<sup>16</sup> Foi canonizado em 1807 e em 1835 há registro de sua devoção entre os pretos do Rosário de Desterro.

Segundo Caio César Boschi (1986), apesar das insistências do Concílio de Trento no que tange à invocação e ao culto a santos, essas devoções correspondiam a reivindicações temporais, de caráter efêmero, e denotavam para que público foram criadas. Desse modo, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia foram invocados por populações de origem africana não apenas por serem da mesma cor de pele, mas pela ligação que tinham com “suas agruras”, dissabores e sofrimentos (BOSCHI, 1986).

As Irmandades do Rosário surgiram em Portugal por incentivo de Domingos de Gusmão, devoto que difundiu a oração do “Rosário de Nossa Senhora”. Em 1282, fundou as primeiras irmandades com essa denominação em Portugal, França, Espanha e Alemanha. A devoção a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos surgiu em Portugal de uma devoção já existente entre os portugueses e depois incorporada por africanos e seus descendentes.

Acrescenta Julita Scarano (1978) que a devoção a Nossa Senhora fora propagada em África pelos colonizadores portugueses, inserindo elementos da fé católica entre as populações africanas. Para

---

16. Disponível em: <http://www.paroquiasaobenedito.org.br>, acesso em 15 de maio de 2009.

ela, os africanos, da região do Congo difundiram rapidamente a crença a elegeram como padroeira, devido à associação da santa com *Oxum-dolô*, divindade com características que lembravam Nossa Senhora do Rosário (SCARANO, 1978, p. 39-40).

A análise possível feita por Quintão sobre a disseminação tão extensa do culto a Senhora do Rosário por parte das populações de origem africana é de que essa devoção poderia estar ligada às grandes vitórias contra os inimigos da cristandade. Segundo ela, a vitória do príncipe Eugênio sobre os turcos, em 1716, no Danúbio e a posição do Papa Clemente XI em estender a festa do Rosário para toda a igreja, colocando-a no primeiro domingo de outubro, associada a uma ideia de libertação da escravidão, resgate. Parece, aos olhos da autora, uma das melhores explicações para essa popularidade.

No entanto, outras possibilidades, seguindo as interpretações de outros autores e autoras, trazem explicações diferentes. Na análise de Juliana Beatriz Almeida de Souza (2001), os escravizados de procedência banta, principalmente os de Angola e os do Congo, foram mais receptivos ao culto devocional a Nossa Senhora do Rosário pelo contato em solo africano. Para ela, Frei Agostinho de Santa Maria, no início do século XVIII, tinha uma explicação para o início desse culto entre as populações de origem africana.

Segundo ele, foi uma imagem resgatada em Argel que deu início ao culto e levou os negros a escolherem-na como padroeira. Gomes & Pereira (1992:346) relacionaram a ligação da festa de Nossa Senhora do Rosário com os negros a partir de um relato do surgimento da imagem nas águas. Segundo o relato, para louvar a Mãe de Deus, os brancos trouxeram banda de música e cantaram suas loas, chamando a Virgem – mas a imagem não se movia. Vieram, então, os negros do Congo, batendo seus instrumentos em ritmo acelerado, e a Senhora moveu-se apenas lentamente, permanecendo nas águas. Foi somente a batida lenta dos tambores do Moçambique que tirou a imagem das águas. Aí, os brancos levaram a imagem para capela, onde o padre a benzeu. Mas a imagem desapareceu do altar e voltou às águas até que os negros a retiraram, desta vez definitivamente, para torná-la sua padroeira (SOUZA, 2001).

Chegava, enfim, o momento das festas e comemorações aos santos padroeiros. Muita empolgação, trabalho e decisões a serem tomadas. Dessa forma, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

dos Homens Pretos se envolvia anualmente nas atividades festivas em torno das devoções a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

De acordo com Ana Maria Bidegain (2008), o significado da festa para as irmandades leigas de pretos e pardos pode ser identificado como lugar central nas atividades durante o ano. “Tudo convergia para que a festa tivesse o máximo de esplendor”. Para ela, a festa tem relação com o cotidiano e “é a única coisa diferente da vida diária; é um espaço de liberdade próprio de uma vida de escravidão. O escravo deve trabalhar para o senhor, mas na festa dança para si mesmo” (BIDEGAIN. Apud: SILVA, 2008, p. 54). Em Desterro, veremos muitas ruas cheias desde o século XVIII com as “gloriosas” festas e procissões aos oragos. No decorrer do texto poderá perceber o significado do termo “glorioso”, e que em muitos momentos seus membros sentiram saudades dos tempos de tão pomposas festas.

Para entender o significado das festas e sua importância para a vida da instituição e de seus Irmãos e Irmãs, foi necessário recuar o estudo para fins do século XVIII e início do século XIX, e entender como aconteciam os rituais em homenagem a Nossa Senhora e São Benedito. Nem sempre a Irmandade teve os mesmos cargos e celebrou suas festividades seguindo um mesmo padrão. Esta discussão, neste momento, se propõe perceber quais mudanças aconteceram em meados do século XIX, se foram apenas oriundas de “reformas” externas e exigências da Igreja Católica ou se a própria instituição necessitou delas.

Uma passagem de Cabral a respeito dos cargos de Rei e Rainha na Irmandade do Rosário, informa que

em 1779, ou porque já tivesse a Irmandade recebido nova cópia do seu Compromisso, ou por que tivesse lembrado alguém que anteriormente ainda outros cargos havia, a eleição incluiu mais três cargos: o de Rei, o de Rainha e o de Juíza do Ramallete...Para rei foi eleito o preto Gonçalo dos Passos, escravo de Francisco dos Passos; para Rainha, uma escrava do sargento Arsênio de Almeida, de nome Romana (CABRAL, 1950, p. 05).

Apreende-se desta fala de Cabral que havia a eleição de Reis e Rainhas e na alocação seguinte, menciona sobre uma coroa de prata que uma Rainha teria recebido em 1777:

[...] Em 1780, no mês de abril, alguém lembrou-se – as coisas iam sendo lembradas aos poucos – de que em 1777 a Rainha havia recebido a sua

coroa que por sinal era de prata. Por onde andava a mesma? Algum Irmão que notara a falta do ornamento na festa dos Reis deve ter dado o aviso e tratou-se de saber o que acontecera (CABRAL, 1950, p. 05).

Destas conclusões apresentadas pelo autor compreendemos que a Irmandade utilizava coroas para alguma espécie de cerimônia, ritual ou similar, afinal, a rainha do ano de 1777 havia recebido uma coroa de prata e dera-lhe algum fim não informado à instituição. Além da Rainha, existem informações sobre alguns reis, como é o caso de uma nota informada por Cabral sobre a escolha do rei que sempre fora um cativo, "ou mesmo um fôrro, mas sempre a escolha recaía em um homem de cor. Em 1790, entretanto, pela primeira vez, e quem sabe única, foi escolhido um homem branco: Joaquim Francisco do Livramento".<sup>17</sup> Nessa colocação percebeu-se que cargos como os de reis e rainhas sempre estavam ligados às figuras de cativos, forros, libertos, ou que, na maioria das vezes, eram cargos exercidos por africanos (as) e afrodescendentes.

Não temos elementos suficientes para informar quais os demais integrantes da corte festiva, além do rei e da rainha, pois os documentos da Irmandade não nos fornecem tais dispositivos. Cremos que, assim como em milhares de associações leigas de africanos/as e seus descendentes no Brasil, esta festividade do Rosário de Desterro compunha-se de cargos

---

17. Ibidem, p. 07. Ocorrência interessante, pois o cargo de rei, historicamente e pela formação da associação, pertencia aos "homens pretos". No entanto, a figura coroada como rei era Joaquim Francisco do Livramento, mais conhecido como irmão Joaquim. Filho de Tomaz Francisco da Costa, "homem abastado e conceituado, (...) a sua vocação revelou-se desde cedo, determinou enveredar pelo caminho que fez do Poverelo de Assis um dos maiores Santos de todos os tempos". Irmão Joaquim, como ficou conhecido, após sua passagem pela Irmandade, ante sua escolha pela caridade e vida humilde, como um franciscano, esteve em diferentes estados e mesmo fora do país, fundando associações e cuidando dos pobres, doentes e carentes. Fundou o Hospital de Caridade em Desterro, o Asilo São Joaquim de Salvador, pois também atuou na Bahia, a Santa Casa de Porto Alegre onde existe uma estátua em homenagem ao "monge", e tantos outros estabelecimentos voltados ao atendimento dos pobres. Havia, no começo do século XX, um Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim e o famoso "Beco do irmão Joaquim", existente desde o século XIX, local que hoje integra a parte central da cidade. Na Capela Nosso Senhor dos Passos, devoção de irmão Joaquim há, nos dias de hoje, um quadro pintado em homenagem ao irmão. Talvez a história de vida e a opção pela pobreza, caridade e solidariedade aos pobres e oprimidos tenha sido motivo de integração tão marcante do Irmão Joaquim à Irmandade do Rosário. Sendo "homem branco" poderia entrar na associação, mas alcançar o posto de rei significava tratar-se de alguém bastante importante aos olhos dos irmãos do Rosário. Cremos que Cabral percebeu a humildade e pobreza do "franciscano" como motivo de identificação com os "pretos cativos" do Rosário.

como príncipe, princesa, músicos, uma figura a conduzir o estandarte e o povo a prestigiar tal acontecimento solene em praça pública, aos olhos de todos.

Para Julita Scarano (1978), nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário foi que as populações de origem africana conservaram seus reis e rainhas, “personagens esses que terão lugar de prestígio, aos quais se tributa homenagem e respeito, e que ocupam posição de realce sobretudo durante as festividades e comemorações” (SCARANO, 1978, p. 45). Os reis ocupavam lugar de destaque na associação, tendo espaço privilegiado no altar-mor. Os trajes, adornos, símbolos reais, refletiam a importância destes cargos. “Estes reis negros, apesar de se vestirem à maneira dos brancos, dançam suas danças próprias, cantam suas canções de mistura com as letras da oração” (SCARANO, 1978, p. 45).

Os estudos realizados sobre as irmandades leigas organizadas por pretos e pardos nos séculos XVIII e XIX sugerem formas de manifestação festiva, danças, músicas e performances, utilização de instrumentos musicais indicativos de uma forma de festejar própria da diáspora africana no Novo Mundo.

No entanto, o foco deste trabalho não está nos “reinados” ou “reisados”, como é comumente estudado em diferentes regiões do país, afinal de contas, o período em que essas festas contavam com as figuras de reis e rainhas, chega até os anos de 1841, quando os cargos foram eleitos pela última vez, sendo o irmão Eleuterço, “escravo de Dona Anjelica França” eleito para rei e a irmã Laureana, “escrava de Dona Ana Joaquina de Proença” para o cargo de rainha.<sup>18</sup> O período sobre o qual será lançado o olhar é posterior, ou seja, já com o novo Compromisso (de 1842) e sem estas personagens no cenário. Elas foram utilizadas porque consideramos importante salientar essa atuação marcante em centenas de Irmandades de Nossa Senhora do Rosário por todo este país.

Enquanto inquietamo-nos com antigos reis e rainhas do Rosário, continuamos a visita à instituição, conhecendo um pouco a respeito das datas de comemoração das festas, afinal nem sempre a Festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário aconteceu no mês de outubro, mas, como mostram os livros deixados pelos Irmãos e Irmãs, às vezes, se

---

18. Pasta de Folhas Avulsas (1788-1905), p. 10, Documento 04, pertencente ao Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

realizavam no dia 26 de dezembro, um dia após o Natal (no calendário católico).<sup>19</sup>

O colorido e a variedade das práticas religiosas traduzia-se em grandes espetáculos permeados de fé, em procissões recheadas de alegorias susceptíveis de arrastar toda a sociedade local. Mediante recurso a dispositivos pirotécnicos, [...] danças, mistérios, música [...]. Os irmãos do Rosário, longe de se alhearem dos acontecimentos, participavam ativamente, quer desfilando com suas opas e tochas nas procissões, quer ornamentando as ruas e preparando outrossim as luminárias (BORGES, 1998).

Conforme mencionado os cargos de Rei e Rainha com todo o aparato das coroações no dia 26 de dezembro ou então no dia de Reis, em 06 de janeiro, deixaram de existir em 1842, quando da aprovação do novo Compromisso à instituição. Desse modo, a própria comemoração das festas se modificou com esta transição. Enquanto nos anos de 1833, tinha-se uma festa com missa, foguetório, sermão, músicas e coroação, após os anos de 1842, a parte do ritual que envolvia a coroação das figuras representativas do reinado, desaparece – e inquieta muito, porque não foram localizadas explicações para este “sumiço”. Sabe-se, como afirma João José Reis (1991), que foram muitas as proibições aos rituais de coroação de Reis e Rainhas das Irmandades de pretos desde o século XVIII, como bem apresenta:

Em 1786, em seguida a mais uma proibição, um grupo de irmãos negros pediu a El Rei de Portugal permissão para realizar suas tradicionais mascaradas, danças e cantos em idioma de Angola. Não sabemos se conseguiram. Ao longo do século XIX prosseguiram as negociações entre os negros e os novos poderes do Brasil-Império (REIS, 1991, p. 64).

Até mesmo os juízes municipais e eclesiásticos proibiam alguns tipos de atitudes, não sendo necessária uma ordem do Império. Segundo

---

19. De acordo com Alves (2000, p. 28) “Existia uma variação entre as irmandades do rosário com relação à data de comemoração da festa da padroeira. Algumas comemoravam no último dia de outubro ou no primeiro domingo de outubro, enquanto outras comemoravam no mês de dezembro, mas a estrutura e organização da festa era praticamente a mesma, diferenciando-se, apenas, de acordo com a opulência da festa, em termos da quantidade de padres, velas, toques de sinos, e pessoas que acompanhavam a procissão. Tudo isso variava de acordo com a quantidade de dinheiro que a irmandade tinha em caixa, e de acordo com o respaldo que estas instituições tinham na sociedade”.

Reis, após uma visita eclesiástica em 1832, o clérigo repassou informações ao juiz municipal Francisco Xavier de Sousa Figueiredo: na Vila de Cairu, no sul da Bahia existia uma Irmandade de pretos em honra a São Benedito que fazia a coroação de reis e rainhas e quando da visita do clérigo “proibira a festa, obrigando que a interdição constasse do compromisso da irmandade” (REIS, 1991, p. 64).

Quintão (2002) acredita que a proibição da festa de coroação de reis e rainhas em Irmandades de pretos e pardos – prática existente desde o século XVII – esteja associada à chegada da família real no Brasil, pois com a vinda da Corte, o Rei “verdadeiro” “não poderia admitir uma tal contrafação feita pelos escravos, seja pelo desprestígio, seja por uma eventual comparação irônica ou séria” (QUINTÃO, 2002, p. 85). Como não há elementos suficientes, nesta pesquisa, apenas indica-se uma possibilidade de entender o porquê da retirada desses cargos do Compromisso da Irmandade do Rosário de Desterro. No entanto, outras Irmandades no Brasil continuaram com a coroação até os fins do século XIX, o que permite indagar até que ponto a chegada da Corte teria influenciado nessas práticas. Enquanto ainda não se encontraram muitas respostas, apresenta-se o que se tem disponível com relação aos festejos e comemorações dos “pretos” e das “pretas” do Rosário, pensando nas transformações ocorridas na segunda metade do século XIX. No entanto, há uma distância significativa entre a data de vinda da família real para o Brasil (mas não em relação à coroação de D. Pedro II, em 1842, este sim um imperador brasileiro) e a extinção destes cargos no Compromisso da irmandade. Existem aí questões as quais não temos subsídios suficientes para encaminhar considerações neste sentido.

De acordo com o Código de Posturas de 1845, “ficão prohibidos d’aqui em adiante, os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objectos os supostos reinados africanos, que por festas costumão fazer.”<sup>20</sup> A incidência de ações repressoras às práticas festivas de origem africana já estavam manifestadas antes, no Código de 1828, mas foram expressas enfaticamente em 1845, quando outro Império se expandiu no Brasil. Havia pouco tempo decorrido após a organização entre cativos malês (1835) desencadeadora do Levante e a sociedade brasileira vivia sob os medos de novas mobilizações, sem

---

20. AHAL/SC. *Desterro, Código de Posturas*. Lei n. 222 de 10 de maio de 1845.

esquecer os acontecimentos desencadeados no Haiti em 1792/1804, contra o sistema escravocrata. Uma das ações possíveis, além de intensificar a vigilância policial nas ruas e impedir a movimentação de cativos sem passe dos senhores, no período noturno, foi a repressão às festas, momentos de encontro. Estes encontros, movidos a danças, músicas, cantos e comidas mobilizavam e identificavam inúmeros homens e mulheres de origem africana e, aos olhos das elites governantes, representavam um perigo ao “sossego público”.

Neste sentido, caminhou a própria extinção dos cargos de rei e rainha do Rosário. Ao que tudo indica, a legislação impediu estas manifestações, sem, no entanto, que isso simbolizasse o fim das práticas festivas ou a extinção de personagens representativos destas culturas celebrativas. Foram necessárias outras formas de manifestação ou a reorganização das formas existentes, de modo a resistir às normas impostas. Teriam as populações de origem africana, praticantes das coroações de reis e rainhas do Rosário na dita Irmandade de mesmo nome, “disfarçado” de alguma forma o ritual de coroação? Quais as reorganizações pensadas pela Irmandade a partir das proibições destas coroações e de que forma a associação manteve suas festividades? Teriam estes reis e rainhas sido “adaptados” a novos cargos em outras esferas da vida das populações de origem africana em Desterro/Florianópolis, como o caso do mestre sala e da porta-bandeira nas escolas de samba, assumindo outros territórios e papéis/significação? Quais as táticas organizadas pela Irmandade, por africanos e seus descendentes de um modo geral, perseguidos pelas novas posturas?

\*\*\*

Na segunda metade do século XIX surge da imprensa escrita em Desterro como aponta Joana Maria Pedro (1995), a partir disso vários jornais – muitos de circulação efêmera por causa dos atrelamentos político-partidários entre estes e os políticos locais – farão parte do mundo dos letrados que frequentavam a “botica do Amaro [José Pereira]” e o “negócio do João Pinto [da Luz]”, público este que lia e comentava os jornais, pois se viam tematizados por tais periódicos (PEDRO, 1995, p. 45).

A imprensa local será utilizada pela Irmandade do Rosário para a publicação de avisos, ou “Anúncios” como aparece nas páginas dos jornais, convidando seus Irmãos e Irmãs a assistirem à festividade de

Nossa Senhora do Rosário ou de São Benedito informando também o pagamento dos anuais. Como anuncia o jornal “A Regeneração”, em 1870:

Tendo a Mesa da Irmandade de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO desta capital, deliberando solenizar a mesma Senhora no dia 2 de Outubro próximo futuro, com missa rezada que terá lugar ás 9 horas da manhã e procissão às 4 horas da tarde, convido por isso a todos os irmãos e fiéis a assistirem aos referidos atos; e bem assim as devotas a concorrer com seus anjos para maior brilho e esplendor do ato da procissão. Consistório da Irmandade de NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO na Cidade do Desterro em 20 de setembro de 1870.<sup>21</sup>

De acordo com o disposto no jornal, a celebração da missa seria pela manhã e no período da tarde aconteceria a procissão, chamando atenção ao pedido dos Irmãos de que as devotas pudessem “concorrer com seus anjos para maior brilho e esplendor do ato da procissão”, significando que as crianças (“anjos”) deveriam fazer parte da festa e dos atos da procissão.

O convite escrito pelo escrivão dessa Irmandade menciona dois momentos da cerimônia festiva: a missa e a procissão, em momentos bem distintos do dia. O jornal tem em suas linhas, apesar de certa riqueza nos detalhes da comemoração, algumas restrições porque se refere exclusivamente ao ato e não aos procedimentos. Ou seja, para além de entender de que forma os rituais católicos eram celebrados, pretende-se vislumbrar como se davam os preparativos antes desses acontecimentos e de que forma se organizavam. Esses eram momentos em que os membros da instituição se encontravam para celebrar, comemorar. Diante das dificuldades de recursos que, normalmente, os Irmãos acusavam em seus cofres, as festas e procissões estavam entre os maiores gastos, quando decidiam realmente fazê-las. Desde anúncios em jornais até as tochas para a procissão com o (a) santo (a), tudo demandava recursos.

A festa envolvia várias atividades, constituía-se de diferentes etapas. Para comemorar Nossa Senhora do Rosário, que de acordo com os documentos “recebeu” mais festas do que São Benedito,<sup>22</sup> a festividade

21. *A Regeneração*. Desterro, 22 set. 1870. n. 209 [Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina].

22. De acordo com a análise do acervo da Irmandade referente ao século XIX, foram encontrados maiores gastos e preocupação com a festa anual a Nossa Senhora do Rosário, acreditando-se, inclusive que tenha acontecido em virtude de ser a santa ho-

contava com armação da Igreja e dos andores – sendo que tudo deveria ser decorado e muitas vezes com muitas flores –, vestimentas para os Irmãos usarem na procissão, cuidados com a alimentação dos (as) festeiros (as), contratação de padre para a missa e o sermão, além dos encarregados de fazer a cantoria e soltar os foguetes na hora da procissão. Muitas eram as demandas e grandes precisavam ser os recursos, afinal toda essa “pomposidade” festiva gerava despesas, às vezes enormes. De acordo com livro caixa contendo informações referentes ao ano de 1870, pode-se depreender que com a compra de gêneros para as amêndoas da festa foram gastos 14\$340 (quatorze mil trezentos e quarenta) réis, a armação dos andores e da Igreja custaram 50\$000 (cinquenta mil) réis; já os tecidos para as opas (vestimentas brancas utilizadas pelos Irmãos da Mesa durante a procissão e missa) e armação dos andores para a procissão resultaram no desembolso de 151\$590 (cento e quinze mil quinhentos e noventa) réis; os foguetes para o horário da procissão somaram uma despesa de 40\$000 (quarenta mil) réis, o sermão da entrada da procissão na Igreja, 15\$000 (quinze mil) réis e a música, 40\$000 (quarenta mil) réis.<sup>23</sup> Ao todo, o valor retirado do cofre para a festa somou 310\$930 (trezentos e dez mil novecentos e trinta) réis.

Apesar de todos estes gastos, é preciso recordar que durante um período, até o ano de 1869, a irmandade estava proibida de esmolar. A partir de 1870, voltando a fazer arrecadações com as esmolas que garantiam muitos fundos, a situação ficou propícia para maiores “exageros” com as festas.

Neste ano de 1870, a Mesa não se manifestou com relação a qualquer anúncio em jornal, mas no ano de 1872, o valor pago ao jornal “A Regeneração” pelo anúncio da festa em homenagem a Santa Virgem do Rosário foi de 3\$200 (três mil e duzentos) réis, o que no ano de 1873, custou menos aos Irmãos, pois, ao Jornal “O Despertador” foi pago 2\$500 (dois mil e quinhentos) réis. Para este ano de 1873, os custos foram menores, no entanto, notamos gastos com a comemoração a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário: 50\$000 (cinquenta mil réis) ao

---

menageada desde o início da instituição e sendo a capela colocada em devoção a esta santa. São Benedito será incorporado décadas depois e nem sempre a preocupação com algumas “pompas” e liberação de recursos acontecia igualmente.

23. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Livro-Caixa 10 (1871-1877), p. 11, 12 e 13.

Cônego Joaquim Eloy de Medeiros pelo sermão da festa documento 11, 30\$000 (trinta mil réis) a Guilherme Hautz pela música da mesma festividade documento nº 14, 90\$000 (noventa mil réis) a Vieira de foguetes documentos nº 13 e 2, e 15\$600 (quinze mil e seiscentos réis) para anúncios para a festa no Jornal Regeneração documento nº 15.<sup>24</sup>

Tantos eram os gastos e tantos eram os preparativos. O próprio Compromisso de 1842 fazia menção aos muitos deveres dos Irmãos da Mesa Administrativa, entre os quais os (as) responsáveis pela festa e as devidas indicações de como proceder nas procissões ou no cortejo fúnebre. Ao Irmão Procurador cabia “acompanhar com o Irmão Regente nas Festividades da Irmandade a o Reverendo pregadores” e dirigir a “Irmandade em todos os atos em que ela se congregar quer dentro quer fora da Igreja e na procissão e enterros irá de vara no meio das alas para as regular”.<sup>25</sup> Já o Irmão de Caridade, deve “apresentar e assistir com os órfãos as Festas de N. S. Rosário e S. Benedito dando-lhes o comando necessário”.<sup>26</sup> Ao Irmão Regente e aos Irmãos de Capela cabia a função de “entregar a Mesa as tochas acesas nas festividades e enterros na forma do costume estabelecido”.<sup>27</sup> O Irmão Andador, tinha a função de, nas festividades, manter “as tochas dispostas e acesas para as entregar aos irmãos de Capela na Ocasão do Evangelho e Santos”.<sup>28</sup> Ainda, segundo o Compromisso, depois de um tempo, quando havia recursos arrecadados, o Irmão Escrivão “deverá fazer as cédulas de todos os Irmãos e Irmãs cativos para serem sorteados nos dias de N. S. às 5 horas da tarde”.<sup>29</sup>

Cada Irmão e Irmã sabia previamente quais seus compromissos para a festa. Todos tinham uma função, de forma a concorrer com o bom andamento da celebração. Todos esses ofícios disponibilizam aspectos referentes aos acontecimentos. Depois dos preparativos como quitutes, montagens, equipamentos, contratações, chegava a hora esperada da reza da missa. Normalmente na véspera faziam a novena à noite e, também

24. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Livro-Caixa 10 (1871-1877), p. 32.

25. AINSR, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1842, parágrafo 06. Transcrição feita pela pesquisadora e professora da UDESC profa. Dra. Cláudia Mortari Malavotta.

26. *Ibidem*, parágrafo 07.

27. *Ibidem*, parágrafo 09.

28. *Ibidem*, parágrafo 13.

29. *Ibidem*, parágrafo 26.

nesse dia anterior acontecia a eleição da Nova Mesa Administrativa para o próximo ano. "A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário faz ciente a todos os seus irmãos e devotos, que deliberou solenizar este ano sua ínclita padroeira, com missa rezada, procissão no dia 1º de Novembro p. futuro, precedendo novena na véspera".<sup>30</sup>

No entanto, às vezes a novena acontecia no mesmo dia da missa, antecedendo-a, e até mesmo se estendia para o dia posterior, como anuncia o Jornal "O Despertador", em informação dada pelo Juiz da Irmandade Joaquim de Mello. Dizia, então: tendo de celebrar-se amanhã a festividade de Nossa Senhora do Rosário, em sua igreja, com uma missa, sendo precedida de uma novena hoje às 6 ½ horas da tarde e de outra amanhã também às mesmas horas.<sup>31</sup> Independentemente do dia exato da realização da ou das novenas, em muitos anos aconteciam mais de uma antecedendo a festa.

Enfim, tentar-se-á descrever, a partir dos poucos resquícios (fragmentos de informações), como acontecia o momento da festa. Tendo já todos os preparativos montados, a missa era celebrada por um padre contratado pela Irmandade, havendo, na maioria das vezes, um sermão após o Evangelho e, sempre que possível, música, contratada pela Mesa Diretora. Segundo os anúncios dos jornais pesquisados, do período de 1870 a 1875,<sup>32</sup> a procissão acontecia em momento posterior à celebração da missa solene, normalmente, no período da tarde.

Essa procissão levava a imagem de Nossa Senhora do Rosário à frente, pelas ruas da cidade, sobre um andor de madeira carregado pelos Irmãos. Os Irmãos da Mesa vestiam-se com as opas brancas, cor da Irmandade. Em nota do "O Conservador", a procissão que aconteceria em outubro teve que ser transferida para o dia 08 de novembro, sendo que percorreria as "ruas de costume, passando também na Rua Áurea e na do Artista Bittencourt".<sup>33</sup> A Rua Áurea ficava na esquina da Rua do Rosário e

30. *O Conservador*. Desterro, 24 out. 1874 [Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina].

31. *O Conservador*. Desterro, 4 out. 1873 [Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina].

32. Pesquisa realizada nos jornais "A Regeneração", "O Despertador" e "O Conservador", entre os anos de 1870 a 1875 [Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina].

33. *O Conservador*. Desterro, 7 nov. 1874 [Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina].

a Rua Artista Bittencourt fica na antiga Rua do Alecrim. Também as “ruas de costume” ficaram indecifráveis até o presente momento. No entanto, sabe-se que o cortejo saía às ruas para festejar. A procissão saía em alas, e uma das atribuições do Irmão Procurador, segundo informação disposta anteriormente – existente no Estatuto da instituição –, era de controlar essas alas, para isso possuía uma vara que levava no meio das alas para as regular, de forma a seguirem continuamente. Durante a procissão, os membros levavam o andor com a imagem da santa enquanto outros seguiam com as tochas.

Ainda durante a procissão havia o foguetório, normalmente, presente em todas as festividades mais “pomposas” quando possuíam melhores recursos. Nos anos em que a Irmandade tinha mais fundos em seu cofre, melhores eram as condições para um foguetório maior, com uma grande quantidade de fogos e bombas. O cortejo chegava à Igreja. À porta da igreja estava a bandeira da Irmandade, já levantada nas novenas e muitas vezes, erguida com fogos e mais alegria anteriormente ao dia da festa. A entrada na capela era acompanhada de um sermão e depois a coroação à “Santa Virgem Senhora do Rosário”.<sup>34</sup>

Além das novenas, missa e procissão, salientamos que apesar das poucas informações encontradas nas fontes, a confraternização ultrapassava o campo do religioso, envolvendo espaço de lazer e divertimentos. Comidas e bebidas, além das músicas faziam parte do arcabouço festivo que completava as orações e o cortejo dos pretos e das pretas do Rosário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa modesta contribuição aos estudos que se têm aprimorado sobre as experiências de africanos e seus descendentes na Ilha de Santa Catarina, vislumbra-se um lugar festivo, de comemorações e de fé aos santos padroeiros que norteavam a vida da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Instituição essa que deixou tantos escritos sobre seus Irmãos e Irmãs, mas que nem sempre dispôs às claras e deixou documentado o que faziam.

---

34. Essa expressão foi encontrada em diversos momentos nos documentos analisados pertencentes ao acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

Através da documentação disponível no Acervo da Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários e São Benedito dos Homens Pretos, em grande parte, transcrito pelo Grupo de Pesquisa Irmandades, localizamos fragmentos, resquícios de práticas, alegrias, preocupações e devoções de pessoas comuns, cujas memórias e histórias são dignas de serem contadas. Construímos uma narrativa possível, a partir de documentos e reflexões, tendo limitações quanto ao que pudemos alcançar para além do que os “documentos oficiais” da associação disponibilizam. No entanto, cremos na importância dos estudos sobre culturas de origem africana em Santa Catarina, visto a invisibilidade existente no estado e no país sobre a presença e história destas populações.

---

“SAVE THE BLACK SAINTS: OUR LADY OF THE ROSARY, ST. BENEDICT SAVE” – FESTIVITIES IN THE BROTHERHOOD OF OUR LADY OF THE ROSARY AND SAINT BENEDICT OF BLACK MEN IN DESTERRO/SC – 1860 TO 1890

**Abstract:** In this work, we intend to present the city of Desterro (Santa Catarina) nineteenth century, its streets, businesses, labor relations, housing conditions and realize the everyday life of Africans and African descent, focusing attention to the Brotherhood of Black Rosary in order to understand its operating structure, the duties of the Administrative Board, the commitment of brothers and sisters, both decisions “in the sphere of temporal and spiritual.” In an attempt to find traces of the past to ascertain cultural aspects of these historical subjects, the focus of this study will be feasts and processions. Permeated much preparation, decorations, rituals and processions to the saint or holy devotion, the festivities were celebrated annually by members, who performed at least one Mass said, when its coffers did not allow the pomp desired.

**Keywords:** History, Brotherhood, Festivities, Processions.

---

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cleidi; LIMA, Rose Mery de; ALVES, Jucélia Maria (org.). *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades na Parahyba do século XIX*. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ARAÚJO, Hermetes Reis. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, São Paulo. PUC-SP: 1989.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

BORGES, Célia Maria. *A Festa do Rosário: a alegoria barroca e a reconstrução das diferenças*. (Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Disponível em [www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/097f.pdf](http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/3cibi/documentos/097f.pdf)

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática. 1986.

CABRAL, Oswaldo R. *Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v. 2. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afrodescendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse. *História da educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD, 2004.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*. São Paulo, n.17, p. 223-258, Nov. 1998.

FARIAS, Joice. *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920)*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

FARIAS, Joice. *O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1990)*. Florianópolis, 1998. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORTARI, Cláudia. *Os homens Pretos de Desterro – um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860)*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Negra devoção: Apresentando os santos pretos como modelos de virtude e divulgando suas biografias, Igreja tinha por estratégia converter e disciplinar os escravos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 01/05/2007, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=627&pagina=3>. Acesso em 25 de outubro de 2009.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e MENESES, Verônica Maria. *A Festa do Rosário dos Homens Pretos na cidade de São Cristóvão (SE)*. Cadernos de História (publicação do corpo discente do departamento de História da UFOP). Ano II, n. 2. Seção Livre, setembro de 2007, p.14-25. Disponível em [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria).

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: imprensa de Desterro no século XIX (1831-1889)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades negras no tempo da escravidão. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 07-33, 1996. Disponível em [www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg3-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf).

SANTOS, Carina Santiago dos. *Um lugar chamado Figueira: experiências de africanos e afrodescendentes nas duas últimas décadas do século XIX*. Florianópolis, 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

SILVA, Haroldo Silis Mendes da. *"Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências": trabalho e sobrevivência de africanos e afro-descendentes em Desterro na década da Abolição*. Florianópolis, 2001. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SILVA, Selma Maria da. *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos: práxis de africanidade*. Rio de Janeiro: Quartet: Universidade do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. (Cadernos Sempre Negro), 2008.

SIMÃO, Maristela Santos. “*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte*” – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Florianópolis, 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

SIMÃO, Maristela Santos. “*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte*” – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Escravidão Africana e Religiosidade Católica (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Trabalho apresentado ao Prêmio Silvio Romero, 1999.

STAKONSKI, Michelle Maria. *Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romani-zação no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

---

#### SOBRE A AUTORA

**Karla Leandro Rascke** – Mestranda em História Social pela PUC/SP como bolsista do CNPq e pesquisadora associada ao NEAB/UDESC e ao Instituto de Estudos Culturais Luiza Mahin.

---

Enviado em 21/11/2012

Aceito em 18/12/2012